

Jogos Pan-Americanos: origens e significado¹

Mariana Corsetti OSELAME²

Leandro OLEGÁRIO dos Santos³

Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), Porto Alegre, RS

Resumo

O presente trabalho faz um resgate histórico do conceito de pan-americanismo e tem como objeto o evento que expressa esse ideal no plano esportivo: os Jogos Pan-Americanos, realizados em um país do continente americano de quatro em quatro anos desde 1951. O objetivo é resgatar a trajetória do conceito e contextualizar o surgimento do evento esportivo a partir de pesquisa bibliográfica baseada em Aquino (1981), Divine, Breen e Fredrickson (1992), Mello (1956) e Moura (1990). Este artigo também propõe uma reflexão acerca do significado do evento e do papel do jornalismo esportivo na cobertura do mesmo.

Palavras-chave

Jogos Pan-Americanos; Pan-Americanismo; Jornalismo Esportivo.

Corpo do trabalho

Realizados de quatro em quatro anos, os Jogos Pan-Americanos não são apenas um evento esportivo: são um importante instrumento para a demonstração da supremacia e do poder exercido pelos Estados Unidos sobre os demais países das Américas e foram, durante muito tempo, parte de uma estratégia de dominação política e econômica do continente. O evento tem como pano de fundo um ideal que remonta ao período colonial, quando a maior parte do continente americano estava subordinada a metrópoles (Espanha, Portugal e

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Esporte, no XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Editora de esportes da RBS TV, professora do curso de Jornalismo do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e mestre pelo PPGCOM da PUCRS. E-mail: mariana_oselame@uniritter.edu.br.

³ Professor do curso de Jornalismo do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e doutorando do PPGCOM da PUCRS. E-mail: leandro_olegario@uniritter.edu.br.

Inglaterra). Segundo Aquino (1981, p. 129), “desde o século XVIII surgiram precursores dos ideais pan-americanos”, que pregavam a união dos povos em torno do sentimento de pertencimento a um mesmo continente. O desejo de união das Américas, no entanto, só se tornou mais expressivo durante a luta pela separação das colônias. Foi diante da necessidade de fortalecer os territórios de independência recente frente à ameaça europeia da recolonização que o pan-americanismo se consolidou e se expandiu como um ideal – na maior parte das vezes, sob a liderança dos Estados Unidos. A partir desse momento, ele passou a ser entendido como um movimento pela solidariedade continental com o objetivo de manter a paz nas Américas, preservar a independência e autonomia dos estados e estimular a relação entre eles nos planos econômico, político e, porque não, esportivo.

O presente artigo pretende recuperar a trajetória do conceito de pan-americanismo e contextualizar o surgimento dos Jogos Pan-Americanos como um desdobramento do processo de colaboração intercontinental. Também tem como objetivo demonstrar a supremacia dos Estados Unidos no plano simbólico – a partir da utilização do ideal do pan-americanismo para fins políticos – e no âmbito esportivo – como potência a ser superada pelas demais nações. Por fim, este artigo propõe uma reflexão acerca do significado atual dos Jogos Pan-Americanos e do papel do jornalismo esportivo na cobertura do mesmo.

1. Doutrina Monroe: a origem do pan-americanismo

É possível apontar a doutrina Monroe como o ponto de partida para se traçar a trajetória do pan-americanismo. De acordo com Ayerbe (2004), a doutrina estabelecida pelo presidente James Monroe em 1823 pregava o isolamento político dos Estados Unidos em relação à Europa – e estendia esse isolamento aos demais países do continente americano. “A doutrina Monroe inaugura uma política externa cujos lineamentos principais estarão presentes nas relações com a América Latina e o Caribe no decorrer do século XIX e boa parte do século XX”, afirma Ayerbe (2004, p. 4). Segundo a doutrina, os países do continente americano, por terem concluído os seus processos de independência e estarem livres da influência das metrópoles, não eram mais suscetíveis a, no futuro, serem colônias de nenhuma potência europeia. Em outras palavras, Monroe sustentava a ideia da “América para os americanos” – com a supervisão dos Estados Unidos, é claro, que a partir daquele momento passariam a se opor a qualquer tentativa de recolonização dos territórios perdidos.

Além de afirmar que os países independentes das Américas não voltariam a ser colônias das metrópoles, a doutrina Monroe trazia outros dois aspectos: 1) os Estados Unidos não iriam interferir nas questões internas dos países americanos recém-criados; 2) os Estados Unidos não se envolveriam em assuntos internos e nem em guerras entre nações da Europa – na prática, conforme Roper (2008, p.59), esses pontos não foram cumpridos.

Initially, Monroe's statement suggested that the United States had much in common with the republics that had fought for their independence from Spain, just as the Americans had successfully resisted the Britain. But in time, as the United States became more powerful, it ignored the principle of non-interference outlined in the doctrine as it sought to influence the politics of its neighbors to the south⁴.

Mais do que uma orientação para a política externa norte-americana, a doutrina Monroe sintetizou o espírito de uma época muito peculiar na história dos Estados Unidos.

(...) foi o ponto mais alto de uma era que celebrou a força, a prosperidade e a independência dos Estados Unidos. Auto-satisfação, expansão geográfica e uma economia sólida foram as chaves mestras. O Velho Mundo estava desaparecendo de vista, à medida que a atenção dos americanos se concentrava nos assuntos internos (DIVINE, BREEN e FREDRICKSON, 1992, p. 214).

O terreno estava pronto para que o pan-americanismo prosperasse como ideal não só nos Estados Unidos, mas por todo o continente. Afinal, nos países que formavam o que depois viria a se chamar América Latina também havia um desejo de união. Líder dos processos de independência da Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador, Simón Bolívar chegou a convocar um grande encontro em 1876: o Congresso do Panamá, que tinha como objetivo discutir a fundação de uma confederação das jovens nações americanas (BUENO, 1997). A ideia não prosperou; o projeto de uma Gran Colombia não passou de um sonho. Mas o ideal pan-americano continuou e foi retomado, a partir de outubro de 1989, com a realização de Conferências Interamericanas lideradas pelos Estados Unidos.

2. Conferências Interamericanas: a aproximação entre as Américas

Se à época do presidente James Monroe os Estados Unidos estavam voltados para as suas questões internas e viviam a plenitude da sua prosperidade econômica, em 1889, quando foi realizada a primeira Conferência Interamericana em Washington, o cenário era de preocupação com a necessidade de expandir o mercado externo. E se a América Latina

⁴ “Inicialmente, o discurso de Monroe sugeria que os Estados Unidos tinham muito em comum com as repúblicas que haviam lutado pelas suas independências contra a Espanha – assim como os Estados Unidos tinham lutado contra a Inglaterra. Mas, depois, na medida em que os Estados Unidos foram ampliando o poder, o princípio da não interferência foi ignorado e a influência aos vizinhos do Sul foi estendida” (tradução livre).

antes era vista apenas como uma região a ser mantida fora do domínio das potências europeias, agora ela se tornava mercado estratégico para o crescimento econômico do país.

Foi nesse contexto que o secretário de Estado norte-americano, James Blaine, convocou todas as nações das Américas, com exceção do Canadá, para a reunião que ocorreu entre 20 de outubro de 1889 e 19 de abril de 1890 (DIVINE, BREEN e FREDRICKSON, 1992). “Blaine presidiu a primeira conferência pan-americana (...) e esperava que, por meio dela, a América Latina e os Estados Unidos se unissem numa união alfandegária e criassem um sistema de resolução de conflitos”, argumentam Divine, Breen e Fredrickson (1992, p. 464). Os 19 países presentes não aceitaram plenamente as proposições do governo norte-americano – especialmente a proposta de união aduaneira –, mas houve avanços em relação ao fechamento de acordos e na promoção do comércio.

Além disso, foi criada a União Pan-Americana, uma entidade com fins de troca de informações sobre assuntos relacionado à área política, à ciência e à cultura. O pan-americanismo sob a liderança dos norte-americanos, contudo, suscitava desconfianças.

Vivia-se o momento dos "panismos" que acobertavam desejos de hegemonia, como (...) o pan-germanismo e o pan-eslavismo, atrás dos quais estavam, respectivamente, Alemanha e Rússia. O aparecimento (...) de um pan-americanismo patrocinado pelos Estados Unidos provocava nos latino-americanos a sensação de que este país procurava meios para exercer a hegemonia continental. Os Estados Unidos, ao necessitar da expansão econômica para além de suas fronteiras para atender às demandas postas pelo estágio em que se encontrava seu capitalismo no início do século XX (e na busca da consolidação e ampliação de um sistema de poder), quiseram envolver toda a América Latina em tomo de si, tratando-a como um todo. (BUENO, 1997, p. 237).

Entre 1889 e 1954 ocorreram dez Conferências Interamericanas em diversas cidades do continente. Ao longo deste período o pan-americanismo foi se consolidando como um sistema político baseado nos princípios de solidariedade continental, da cooperação interamericana, da segurança coletiva e da defesa do hemisfério contra as possibilidades de agressão por parte de outros países (MELLO, 1956). No plano econômico os delegados das Américas firmaram acordos comerciais, alfandegários e monetários; no âmbito legal as conferências discutiram questões de direito internacional público e privado; no que diz respeito à esfera da cultura as reuniões versaram sobre propriedade artística e literária.

Assuntos relacionados à infraestrutura também foram discutidos e até mesmo a construção de uma rodovia pan-americana foi aventada (a rodovia, que na verdade é uma rede de estradas, faz a ligação entre o sul do Chile e o ponto mais ao norte do continente, o

Alaska). Conferência após conferência, no entanto, tornava-se cada vez mais evidente o abismo entre a posição de supremacia norte-americana e a subjugação da América Latina.

3. Política do big stick: a intervenção dos Estados Unidos

O tom das Conferências Interamericanas começou a mudar por volta de 1904 como reflexo da alteração dos rumos da política externa dos Estados Unidos (MOURA, 1990). Assim como Monroe havia feito em 1823, Theodore Roosevelt utilizou a mensagem anual ao Congresso em 1904 para determinar uma nova postura do país frente aos demais países americanos. O Corolário Roosevelt acrescentava um novo elemento à doutrina Monroe: os Estados Unidos se declaravam dispostos a ocupar militarmente países que estivessem passando por uma crise devido ao não pagamento de sua dívida externa e que, portanto, fossem considerados “instáveis”. A origem da adoção dessa política está no episódio ocorrido com a Venezuela em 1902. Naquele ano, impossibilitado de pagar os credores, o governo venezuelano não reconheceu as suas dívidas; como reação imediata a Inglaterra, a Alemanha e a Itália enviaram navios para bloquear o país. De início os Estados Unidos reconheceram o bloqueio, mas essa postura mudou com a suspeita de que os europeus planejavam ocupar territórios da Venezuela e das Antilhas. A questão foi resolvida porque Caracas aceitou submeter o problema das dívidas ao Tribunal de Haia, mas para os Estados Unidos ficou a lição: a ameaça europeia ainda existia; era preciso evitá-la (MOURA, 1990).

Do ponto de vista econômico, aquele era um momento mais do que oportuno para “oficializar” as intervenções nos países da América Latina. Naquele período discutia-se, entre outras questões, a transposição dos oceanos por meio de um canal a ser construído no istmo. A obra⁵, que só foi possível após a intervenção norte-americana para garantir a independência do Panamá, impulsionaria a indústria e o comércio e colocaria os Estados Unidos na posição de supremacia mundial – inaugurando uma nova era da política externa.

O navio de guerra Nashville foi mandado para o istmo e desembarcou seus fuzileiros no dia 2 de novembro de 1903; no dia seguinte irrompeu a revolta da independência, ficando as forças militares colombianas bloqueadas pelas tropas americanas em Colón. Três dias após, Washington reconheceu a independência do Panamá e seu novo governo e nas semanas seguintes negociou um tratado para a construção do canal. (...) Os métodos utilizados por Roosevelt no episódio consagraram a expressão “política do *big stick*” que iria caracterizar sua política para a América Latina. (MOURA, 1990, p. 20).

⁵ A construção do canal é considerada o marco da hegemonia econômica dos Estados Unidos no mundo. Cinquenta mil homens trabalharam para transpor os oceanos; 25 mil morreram durante a obra (PARKER, 2012).

A política do *big stick* – do grande porrete, na tradução para o português – foi por 20 anos o norte da relação dos Estados Unidos com os países da América Latina e do Caribe.

Uma grande variedade de situações definia a natureza e a duração da intervenção: presença de tropas para defender a propriedade e os bens de norte-americanos; “protetorado” financeiro com ocupação das alfândegas; apoio ou repulsa explícitos a políticos para favorecer interesses econômicos ou estratégicos americanos; e ocupação direta e a administração de países “instáveis” (MOURA, 1990, p. 21).

O grande porrete foi adotado durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e perdurou até o fim dos anos 20, quando os Estados Unidos viveram a grave crise de 1929.

4. A boa vizinhança: ressurgue o sentimento de cooperação

A partir da década de 20 o Departamento de Estado norte-americano procurou novos caminhos para seguir os objetivos tradicionais de dominação política e vantagens econômicas na América Latina (DIVINE, BREEN e FREDRICKSON, 1992). Segundo os autores, a forte presença militar foi substituída pelo aumento do comércio e da relação com os investidores nos países do sul do continente. A base ideológica para essa nova postura foi o memorando Clark publicado em 1930 pelo secretário de Estado norte-americano J. Reuben Clark. O documento, que repudiava o Corolário Roosevelt, afirmava que os Estados Unidos não tinham o direito de intervir nos estados vizinhos com base na doutrina Monroe.

O memorando “preparou o terreno” para a política de “boa vizinhança” anunciada por Franklin Roosevelt durante a Conferência Interamericana realizada em 1933 em Montevideú. “Roosevelt agiu rapidamente para solidificar e melhorar as relações e obter benefícios econômicos. Proclamou a política da boa vizinhança e ganhou boa vontade ao renunciar ao imperialismo” (DIVINE, BREEN E FREDRICKSON, 1992, p. 590).

Na prática, a política afirmava que os Estados Unidos não fariam novas intervenções militares no continente; que a igualdade jurídica das nações americanas seria reconhecida; que haveria consultas internacionais sempre que os problemas de uma república ameaçassem tornar-se um perigo para as demais; que haveria cooperação “de todas as formas possíveis para elevar o bem-estar dos povos das Américas” (MOURA, 1990, p. 28).

Por meio dessa política, vale ressaltar, os Estados Unidos não abriam mão da influência sobre os outros países do continente; pelo contrário: mudavam os métodos para

garantir uma maior efetividade nos planos econômico, cultural, militar e ideológico – âmbito relacionado às questões referentes a eventos como os Jogos Pan-Americanos.

A América Latina tinha adquirido uma dupla importância para os EUA na conjuntura dos anos 30. A primeira era o fato óbvio de que a recuperação econômica americana exigia um mercado externo crescente para sua indústria, assim como um suprimento crescente de matérias-primas e novas áreas de investimento. (...) A segunda dimensão era a importância política: amarrada ao isolacionismo do Congresso frente aos assuntos europeus, a América Latina tornou-se a mais viável área de “laboratório” de experimentos políticos para fortalecer a liderança dos EUA. (MOURA, 1990, p. 29).

Além da influência econômica e política, a América Latina também passou a ser uma importante esfera de influência cultural dos Estados Unidos durante o período de vigência da política da boa vizinhança. Em 1940, para coordenar esse movimento, Roosevelt criou o Birô Interamericano, uma agência voltada para os assuntos culturais interamericanos de interesse dos Estados Unidos. “O Birô era uma parte integral dos preparativos do governo norte-americano para a guerra”, ressalta Moura (1990, p. 35). Prova disso é o tom de guerra (e também de paz) do discurso emitido pelo presidente Roosevelt na época da criação da agência: “as Repúblicas americanas estão determinadas a trabalhar em união pela paz, precisamente como trabalham em união para nos defendermos de qualquer ataque. Armemo-nos para nos defendermos”, disse o presidente em 1940 (MELLO, 1956, p. 41).

Durante os seis anos em que existiu, o Birô Interamericano coordenou a aquisição de excedentes agrícolas latino-americanos por agências privadas e estatais americanas; participou de iniciativas econômicas em larga escala no continente; esteve envolvido em programas de saúde, sanitarismo e produção de alimentos; e concentrou esforços em promover a presença americana na comunicação de massa por meio do rádio e do cinema.

5. Pós-guerra: as Américas em segundo plano

As bases da presença dos Estados Unidos no continente americano já estavam lançadas quando teve início a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, os Estados Unidos se valeram do apoio político, militar e econômico da América Latina para sustentar a posição assumida frente aos combates que aconteciam na Europa. Quando o conflito terminou, os países europeus estavam destruídos pelo esforço de guerra; os Estados Unidos, por sua vez, emergiam como a grande potência do mundo capitalista. Do outro lado, porém, despontava a potência antagônica, socialista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estava iniciado o período da Guerra Fria, que somente se encerrou em 1989.

Durante esse período a aproximação com a América Latina ficou em segundo plano:

Se durante a Segunda Guerra os EUA necessitavam da América Latina e por essa razão as relações entre as duas partes do continente se intensificaram, depois da guerra as coisas mudaram de figura. A partir de 1945, os EUA se tornaram uma superpotência imperial, organizando, representando e vigiando a totalidade do mundo capitalista. Face a um competidor político e ideológico de peso, a URSS, os EUA tinham ao mesmo tempo que controlar a instabilidade política e social das regiões mais afetadas pela guerra, que prenunciavam revoluções sociais iminentes. (MOURA, 1992, p. 39).

As preocupações dos líderes americanos estavam voltadas para a Europa destruída e para a Ásia; eram essas as duas grandes questões da política externa da nação no pós-Segunda Guerra. A presença norte-americana na América Latina continuaria sendo garantida pela circulação de produtos culturais dos Estados Unidos no contexto do desenvolvimento do rádio (década de 40) e da televisão (anos 50) e também por mecanismos ideológicos de “integração das Américas” como os Jogos Pan-Americanos.

6. Jogos Pan-Americanos: o pan-americanismo no âmbito esportivo

No artigo *Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)*, Schneider e Assunção ressaltam que a criação dos Jogos Pan-Americanos resultou de um processo que tinha como objetivo a cooperação no âmbito educacional e esportivo entre os países das Américas. A ideia era promover um evento que contribuísse para moldar e consolidar uma cultura esportiva entre os povos do Novo Mundo, celebrando periodicamente a sua união por meio do esporte. Uma primeira edição do evento, segundo os autores, teria sido realizada em 1942 se a Segunda Guerra Mundial não tivesse sido deflagrada em 1939. Como o conflito se estendeu até 1945, só foi possível promover a primeira edição do evento – realizada em Buenos Aires (Argentina) – em 1951.

Os dados do site oficial da Organización Deportiva Panamericana (Odepa) indicam que houve boa adesão já na primeira edição do evento: participaram mais de 2,5 mil atletas de 22 países⁶. O espírito dos jogos era o mesmo espírito do ideal pan-americano: promover a solidariedade continental, a união entre as Américas, a paz e a segurança do continente.

Mas os Jogos Pan-Americanos também legitimavam, no plano esportivo, ações das esferas política, econômica, militar e cultural. Um exemplo claro dessa afirmativa é a versão brasileira do cartaz produzido em 1942 para a primeira edição do evento que acabou

⁶ O Canadá não foi convidado a participar da primeira edição do evento, mas quatro anos depois, em 1955, esteve na segunda edição dos Jogos Pan-Americanos realizada na Cidade do México.

ocorrendo apenas na década de 50. A época era de aproximação cultural entre Brasil e Estados Unidos – os norte-americanos enxergavam nos brasileiros os interlocutores perfeitos para o diálogo com as outras nações do continente. No cartaz que estampou a edição n. 48 da Revista de Educação Física, periódico publicado no Rio de Janeiro, aparece uma representação artística do globo terrestre no qual se veem as Américas. O globo é circundado pelas bandeiras dos países americanos. Na capa, aparecem os seguintes dizeres:

[...] sente-se que a representação da parte do globo terráqueo onde aparece em relevo as Américas e o círculo de bandeiras que a envolve, traduz em expressão felicíssima, o desejo panamericanista de manter os povos americanos em perfeita compreensão, unidos e serenos, diante das dificuldades e incertezas que avassalam o globo (A NOSSA, 1941, p. 8 apud SCHNEIDER e ASSUNÇÃO, 2013).

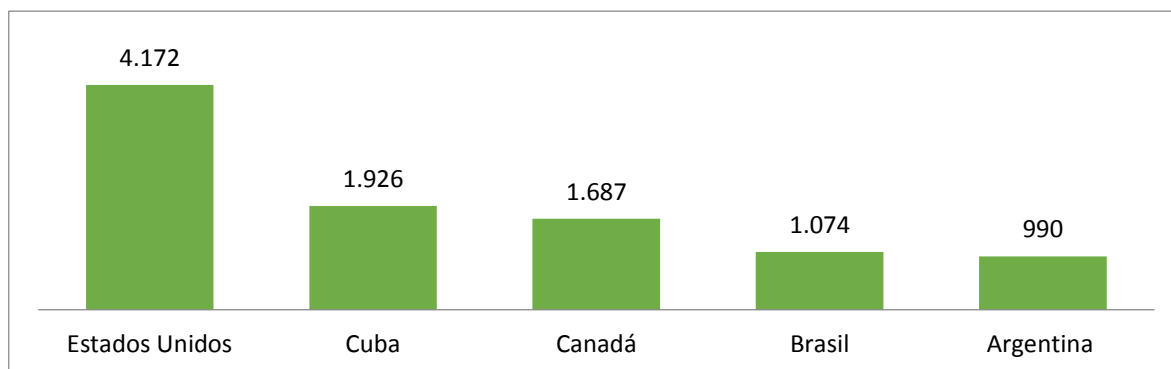
Na capa as bandeiras de Brasil e Estados Unidos estão lado a lado; a bandeira da Argentina, país sede do evento, está distante. É a representação no âmbito esportivo de uma realidade política daquele momento histórico. Para Schneider e Assunção, aliás, a análise dos periódicos da época comprova que “a Educação Física e os esportes parecem ter sido tomados como elementos catalisadores do ideário pan-americanista na década de 40” (SCHNEIDER e ASSUNÇÃO, 2013). Já nesta época os periódicos científicos são vistos como um importante meio para a divulgação e circulação do ideal do pan-americanismo.

A supremacia dos Estados Unidos, no entanto, não se manifesta apenas no plano ideológico. O país também desponta, desde a primeira edição dos Jogos Pan-Americanos, como a grande força esportiva do continente. Houve apenas duas edições do evento em que os norte-americanos não ficaram em primeiro lugar no quadro geral de medalhas⁷: em 1951, em Buenos Aires, na primeira edição dos Jogos; e em 1991, em Havana, na 11ª edição. Nessas duas participações o país perdeu para os anfitriões do evento – que ganham vagas diretas em todas as modalidades esportivas e, por isso, têm mais chances de obter medalhas.

A história da participação dos Estados Unidos nos Jogos Pan-Americanos é a história da supremacia esmagadora de um país sobre os demais. Até hoje foram 16 edições do evento e um total de 4.172 medalhas conquistadas – 2.246 a mais do que Cuba, segunda colocada nesse ranking com 1.926 pódios; e 2.480 a mais do que o Canadá, terceiro da lista com 1.687 medalhas. O Brasil, quarto dos cinco países com maior número de medalhas, tem 1.074 pódios – 3.098 a menos do que os Estados Unidos. A supremacia norte-americana nos Jogos Pan-Americanos fica mais evidente quando explicitada em um gráfico:

⁷ Quadro que soma as medalhas de ouro, prata e bronze conquistadas por cada país. O presente trabalho não considera os dados dos Jogos Pan-Americanos realizados em Toronto entre 10 e 26 de julho de 2015.

Gráfico 1 – Países que mais conquistaram medalhas em Jogos Pan-Americanos⁸



Falar em Jogos Pan-Americanos, portanto, é referir-se a uma competição continental que expressa, no plano esportivo, a hegemonia econômica, política, cultural e ideológica de um país – os Estados Unidos – sobre todos os demais países da América Latina e do Caribe.

Conclusão

O presente trabalho procurou traçar a trajetória do pan-americanismo desde as suas origens mais remotas, nas colônias do chamado Novo Mundo, até a década de 50, quando ele ganhou uma expressão no âmbito esportivo – os Jogos Pan-Americanos realizados pela primeira vez em Buenos Aires, em 1951. Na primeira parte deste artigo foram feitas referências a momentos da política externa dos Estados Unidos no que se refere à América Latina e Caribe. No último momento analisado, o período pós-Segunda Guerra Mundial, observou-se que os norte-americanos direcionaram o olhar para a Europa e a Ásia; a relação com as Américas, conforme Moura (1990, p. 39), passou a ser “um exercício tranquilo de poder regional”. Entre os mecanismos que garantiram essa tranquilidade estão os Jogos Pan-Americanos como expressão, no plano esportivo, da supremacia de uma nação.

Em seus primórdios, o pan-americanismo era um movimento de aproximação em prol da solidariedade e da cooperação entre as nações independentes das Américas. Com o passar do tempo, esse movimento foi sendo adaptado conforme as necessidades do país que se encontrava em condições de tomar à frente dessa integração regional – os Estados Unidos. A partir da doutrina Monroe o pan-americanismo começou a ser utilizado como argumento para manter a América Latina e o Caribe distantes das influências europeias; posteriormente ele também foi utilizado para justificar a interferência política e militar.

⁸ Dados retirados do site da Odepa.

Os Jogos Pan-Americanos, neste contexto, são uma expressão, no plano esportivo, da hegemonia e do poderio norte-americano. Mesmo enviando atletas de segundo nível para participar do evento desde a primeira edição dos Jogos – de certa forma até desprezando a reunião das Américas em torno do esporte –, os Estados Unidos, edição após edição, terminam no topo do quadro de medalhas entre os países que mais obtiveram conquistas.

Conhecer as origens do conceito de pan-americanismo e, por consequência, dos Jogos Pan-Americanos, não impacta diretamente na cobertura jornalística do evento. Saber em que contexto os Jogos foram criados não influencia a escolha das pautas ou o enfoque das notícias. No entanto, conhecer a trajetória do conceito de pan-americanismo – da mesma forma que se conhece, por exemplo, a história dos Jogos Olímpicos – pode melhorar o resultado final do trabalho dos jornalistas esportivos envolvidos na cobertura do evento.

Referências bibliográficas

A NOSSA capa. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 48, p. 8, set. 1941. IN: SCHNEIDER, Omar; ASSUNÇÃO, Wallace Rocha. **Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. 2013. 1 CD-ROM ISSN: 2236-1855. Disponível em: <<http://omar.pro.br/modules/publisher/item.php?itemid=20>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História das Sociedades Americanas**. Rio de Janeiro: Livr. Eu e Você, 1981. 400 p.

AYERBE, Luis Fernando. A reinvenção da doutrina Monroe: determinismo cultural e política externa dos Estados Unidos pós 11/9. 2004. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf> . Acesso em: 17 jul 2015.

BUENO, Clodoaldo. Da Pax Britannica à hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). **Estudos Históricos**. 1997, v. 10, n. 20. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2050/1189>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

DIVINE, Robert; BREEN, T.H.; FREDRICKSON, George. **América: passado e presente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992. 767 p.

MELLO, Affonso de Toledo Bandeira de. **O espírito do pan-americanismo**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956. 93 p.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1990. 79 p.

ORGANIZACIÓN DEPORTIVA PANAMERICANA. **Juegos Panamericanos**. Cidade do México [2013]. Disponível em: < <http://www.paso-odepa.org/juegos-panamericanos.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

PARKER, Matthew. **Febre do Panamá**. Rio de Janeiro: Record, 2012. 602 p.

ROPER, Jon. **The Complete Illustrated Guide to the Presidents of America**. Lorenz Books: Londres, 2008. 256 p.

SCHNEIDER, Omar; ASSUNÇÃO, Wallace Rocha. **Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. 2013. 1 CD-ROM ISSN: 2236-1855. Disponível em: <<http://omar.pro.br/modules/publisher/item.php?itemid=20>>. Acesso em: 17 nov. 2013.